

# Políticas Públicas dirigidas para a primeira infância: uma agenda em expansão

Sonia Isoyama Venancio<sup>1</sup>

*Se nós mudamos o começo da história, nós mudamos toda a história<sup>3</sup>*

## Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar a importância do investimento na primeira infância e alguns dos principais programas, com foco no desenvolvimento infantil implementados no Brasil e outros países. Conclui-se que é crescente o investimento em programas intersetoriais para promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Infantil; Primeira Infância; Políticas Públicas

O período da gravidez aos 3 anos de idade é aquele em que as crianças são mais suscetíveis a influências ambientais. Nessa fase são estabelecidas as bases para a saúde, o bem-estar, a aprendizagem e a produtividade ao longo da vida, com impacto sobre a saúde e bem-estar das futuras gerações<sup>8</sup>.

A importância do investimento nas políticas de primeira infância (PI) fundamenta-se em vários argumentos. O primeiro é o direito de todas as crianças ao desenvolvimento pleno de seus potenciais, estabelecido pela Convenção dos Direitos da Criança, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016 (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016). Além disso, os avanços da neurociência apontam que nos primeiros anos de vida, especialmente no período até os 3 anos de idade (também chamado de primeiríssima infância),

o cérebro se desenvolve muito rapidamente e é muito sensível aos cuidados e estímulos. Outro argumento está relacionado ao fato de que há uma concentração de crianças nos grupos populacionais mais vulneráveis. Sabe-se, também, que é importante investir na PI para poder contar, no futuro, com uma população mais saudável. Da mesma forma, o investimento na PI pode gerar efeitos positivos em matéria de gênero, ao promover a inserção ou reinserção laboral das mulheres, que continuam a ser as principais provedoras do cuidado. Por fim, do ponto de vista econômico, evidências mostram que o investimento feito em programas de qualidade para a PI tem uma alta taxa de retorno para a sociedade (a cada US\$ 1 investido o retorno é de até US\$ 17)<sup>1, 2</sup>.

Apesar das evidências sobre a importância da PI, publicação da revista *The Lancet* de 2007 estimou que mais de 200 milhões de crianças menores de cinco anos em países de baixa e média renda não atingem seu potencial de desenvolvimento devido à exposição a fatores de risco ambientais, biológicos e psicossociais<sup>5</sup>.

Em edição mais recente, o *The Lancet Early Childhood Development, 2016*, tem como pauta

<sup>1</sup> Sonia Isoyama Venancio (soniav@isaude.sp.gov.br) é pediatra, mestre e doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP Pesquisadora (PqC VI) e vice-diretora do Instituto de Saúde. Docente dos Programas de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde e do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde Pública FSP/USP Consultora da CGSCAM/MS.

o desenvolvimento na PI em uma época em que foi universalmente endossada sua importância nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030. Essa série considera novas evidências científicas para intervenções e propõe caminhos para a implementação do desenvolvimento da primeira infância em larga escala. A série enfatiza o “cuidado responsivo”, especialmente de crianças com menos de três anos de idade e intervenções intersetoriais que podem ter amplo alcance para famílias e crianças pequenas. Talvez a mensagem mais importante da série seja o custo da inação. Se as crianças não conseguirem cumprir seu potencial social e de desenvolvimento, isso não somente prejudica seus futuros, mas também as sociedades em que vivem<sup>7</sup>.

O modelo de “cuidados responsivos” (*Nurturing Care*) (Figura 1), desenvolvido pela Rede de Ação para o Desenvolvimento da Primeira Infância, constituída pelo Unicef, Banco Mundial e Organização Mundial de Saúde, foi endossado na 71ª Assembleia Mundial da Saúde, 2018, para incentivar os países a investirem em programas dirigidos à PI<sup>8</sup>.



Figura 1. Domínios dos cuidados e atenção ao desenvolvimento necessários para que as crianças desenvolvam todo o seu potencial.

Diversas pesquisas têm demonstrado que programas de estimulação do desenvolvimento infantil, intensivos e bem-estruturados, produzem resultados positivos, especialmente para crianças vulneráveis. Podemos citar como exemplos os programas Abecedarian, High/Scope Perry Preschool, Nurse-Family Partnership e o programa de visitas domiciliares conduzido na Jamaica<sup>6</sup>.

No relatório sobre políticas públicas de Desenvolvimento Infantil na América Latina, Aulicino e Langou (2015)<sup>1</sup> apontam que vários países adotaram diferentes estratégias e programas dirigidos ao desenvolvimento na primeira infância. O Programa Eduque seu Filho, de Cuba (1992), foi o pioneiro na América Latina e tem o objetivo de fortalecer a família para converter-se em agente estimulador do DI, por meio de visitas domiciliares, integrando programas de educação e saúde. Além desse, outros programas merecem destaque, tais como: o Programa Estâncias Infantís (México, 2007), de apoio à inserção dos pais no mercado de trabalho; a Estratégia de Atenção Integral à Primeira Infância de Zero a Sempre (Colômbia, 2012), com foco intersetorial baseado na perspectiva de direitos; o Plano de Atenção Integral à Primeira Infância (Panamá, 2011); o Plano Nacional da Ação pelos Direitos das Crianças e Adolescentes (Argentina, 2012); o Plano Nacional de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (Paraguai, 2011); a Estratégia Infância Plena (Equador, 2013); a Política Nacional de Primeira Infância “Amor para os Pequenos e Pequenas” (Nicarágua, 2011); a Política Pública de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância (Guatemala, 2010); o Sistema Nacional de Proteção e Atenção Integral à Primeira Infância Quisqueya Começa Contigo (República Dominicana); a Rede Nacional de Cuidado e Desenvolvimento Infantil (Costa Rica, 2012); o Sistema de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente (Peru, 1995); o Subsistema de Proteção Integral

da Infância Chile Cresce Contigo (2006) e o Programa Uruguai Cresce Contigo (2012).

No Brasil, apesar dos avanços nas políticas de saúde direcionadas à redução da mortalidade infantil, podemos dizer que programas dirigidos ao desenvolvimento na primeira infância são ainda incipientes. De fato, a primeira iniciativa intersetorial do governo federal em prol da primeira infância ocorreu em 2012, com o lançamento do Programa Brasil Carinhoso, concebido em uma perspectiva de atenção integral às crianças de zero a 6 anos, com o reforço de políticas ligadas à saúde, educação e transferência de renda<sup>2</sup>. Em 2016 o Brasil lança o “Criança Feliz”, um amplo programa de visitas domiciliares dirigido a gestantes e crianças de 0-3 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família, de caráter intersetorial e coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Até janeiro de 2018, dos 5.570 municípios brasileiros, 2.614 tinham aderido ao Programa. Desses, 1.856 tinham começado a realizar visitas domiciliares, envolvendo 185.910 crianças e 26.383 gestantes<sup>4</sup>.

Algumas iniciativas em âmbito estadual também podem ser citadas, como o Programa Primeira Infância Melhor-PIM, do Rio Grande do Sul (2006); o Programa Mãe Coruja Pernambucana, do Estado de Pernambuco (2009); o Programa Mais Infância Ceará (2015); Programa Primeira Infância Amazonense (2016); e o Primeira Infância Acreana, de 2017. Merece destaque o programa estadual São Paulo pela Primeiríssima Infância, que, por meio de um convênio celebrado em 2012 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, envolveu cinco regiões e 41 municípios paulistas.

Na mesma linha, algumas capitais brasileiras também implementaram programas dirigidos à PI, tais como São Paulo (São Paulo Carinhosa, 2013), Boa Vista (Família que Acolhe, 2013) e Fortaleza (Cresça com seu Filho, 2014).

É importante ressaltar, além das iniciativas governamentais, outras contribuições, como a da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), que promove uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da primeira infância (<<http://primeirainfancia.org.br>>).

Dessa forma, percebe-se no país um interesse crescente na implementação de políticas dirigidas ao desenvolvimento na PI, com o compromisso de gestores federais, estaduais, municipais e o engajamento da sociedade civil. Nesse contexto, torna-se de grande relevância disseminar as experiências dos municípios paulistas que implementaram o Programa “São Paulo pela Primeiríssima Infância”, no sentido de demonstrar boas práticas intersetoriais desenvolvidas pela saúde, educação e assistência social, a fim de apoiar a expansão de iniciativas dirigidas à PI no âmbito municipal.

#### Referências

1. Aulicino, C.; Langou, G. D. Políticas públicas de desenvolvimento infantil na América Latina. Levantamento e análise de experiências. 2015. Disponível: <http://www.reduca-al.net/files/observatorio/reportes/politicas-publicas-portugues-web-2016-APOIADORES.pdf>. Acesso em 7 de setembro de 2018.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Síntese de evidências para políticas de saúde: promovendo o desenvolvimento na primeira infância / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
3. Christakis D. Media and children [video]. City: Publisher; 2011 Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=BoT7qH\\_uVNo](https://www.youtube.com/watch?v=BoT7qH_uVNo), Acesso em 7 de setembro de 2018.

4. Girade H. 'Criança Feliz': A programme to break the cycle of poverty and reduce the inequality in Brazil. Early Childhood Matters. © Bernard van Leer Foundation, 2018.

5. Grantham-McGregor, S. et al. Developmental potencial in the first 5 years for children in developing countries. The Lancet, London, v. 369, nº 6, p. 60-70, 2007.

6. Schneider A., Frutuoso J., Cataneli R. A primeira infância e a atuação do Conass. Boletim do Instituto de saúde. 16(1), 2015.

7. Selina Lo, Pamela Das, Richard Horton. A good start in life will ensure a sustainable future for all. The Lancet, Vol. 389, nº 10.064. Disponível em <https://www.thelancet.com/series/ECD2016>.

8. World Health Organization. Nurturing care for early childhood development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential ISBN 978-92-4-151406-4, 2018. Disponível em [http://www.who.int/maternal\\_child\\_adolescent/child/nurturing-care-framework/en/](http://www.who.int/maternal_child_adolescent/child/nurturing-care-framework/en/).